

Jornal 30 de Agosto



Gestão independência, democracia e luta

Agosto 2007

17,04 % de reposição salarial

*Reposição das perdas inflacionárias a cada mês de maio
Mais uma conquista da Categoria!*

Leia:

- Categoria inicia **preparação** da para paralisação do dia 30 de agosto
- APP cobra **implantação** da reposição dos funcionários de escolas
- Entrevista com o Professor **Miguel Arroyo**
- Conheça a nova **legislação** sobre o financiamento da educação - FUNDEB
- Educadores de olho no Congresso Nacional - **Piso Salarial Profissional Nacional**

Assembléia Estadual da APP-Sindicato

Data: 18 de agosto de 2007 • **horário:** 8h30 • **sábado**

Local: Clube dos Sub-Tenentes e Sargentos do Exército

Rua: Comendador Fontana, 57 • Centro Cívico • Curitiba-PR

30 de AGOSTO
DIA DE
PARALISAÇÃO
ESTADUAL
PARTICIPE!



Editorial

Companheiros e companheiras de travessia,

Resultado de muitas lutas, união da categoria e um calendário exaustivo de reuniões de negociação com o governo conquistamos 17,04% de reposição salarial para os professores e 3,34 % para os funcionários de escolas. Esta última, ainda a ser implantada. Mais uma vez, mantivemos o princípio da isonomia e da igualdade, muito caro para nossa entidade. Assim, a reposição salarial está sendo estendida para todos os segmentos da categoria; professores e funcionários da ativa, aposentados, estatutários ou PSS.

Tão importante quanto a conquista dos índices de reposição para professores e funcionários, a Lei 15.512, de 31/05/2007 instituiu em seu artigo sétimo, a data de primeiro de maio de cada ano para a reposição das perdas inflacionárias para todos os servidores. Desta forma, avançamos na concretização de uma data concreta para a revisão de nossas perdas salariais de cada ano.

Equiparação salarial – A nossa reivindicação pela equiparação do piso inicial dos professores ao dos demais servidores com a exigência do ensino superior para ingresso na carreira continua. Devemos receptionar os 17.04% como uma parte da equiparação. Nossa meta é alcançarmos a equiparação até o final do governo Requião. E isto é possível! Para tanto precisamos continuar juntos e mobilizados em torno do sindicato.

Desafios - Além da conquista salarial temos outros desafios para superar. Em nível nacional, estamos atuando para a aprovação de um Piso Salarial Profissional Nacional para professores e funcionários que de fato valorize os educadores e a educação pública. Para tanto, estaremos convocando a categoria para atividades de pressão e de mobilização no Congresso Nacional, durante o mês de agosto.

Aqui no Paraná, vamos continuar atuando para avançarmos em importantes reivindicações, como o cargo de 40 horas, a implantação da reposição e o Plano de Carreira para os funcionários, o pagamento das promoções em atraso e dos valores retroativos para os professores PSS, a melhoria do atendimento à saúde, a implementação da Lei Federal 11.301/06 que estende a aposentadoria especial para diretores e pedagogos, a contagem das aulas extraordinárias no segundo cargo, o PDE, entre outras.

No próximo dia 18 de agosto acontece Assembléia Estadual da APP-Sindicato. Desde já convidamos você para participar. Vamos organizar para este ano uma grande mobilização no dia 30 de agosto, a fim de avançarmos em novas conquistas para a educação e os educadores, especialmente aquelas responsáveis pela melhoria das condições do nosso trabalho cotidiano.

Além do mais, este será mais um importante momento para comemorarmos juntos o aniversário de 60 anos de nossa entidade. Você também é parte desta história.

Queremos você mais perto. Juntos, de forma coletiva e histórica estaremos contribuindo para a construção de novas relações sociais no mundo cujo cerne seja a emancipação humana.

Diretoria Estadual

AGENDA DA APP

AGOSTO

- 15 - Mobilização Nacional – CNTE - Brasília
- 16 e 17 - Reunião da Executiva da CNTE e do CNE - Brasília
- 17 a 19 - Conferência Municipal sobre Violência e Educação de Colombo
- 17 e 18 - Conselho e Assembléia Estadual da APP-Sindicato
- 17 a 20 - II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Brasília
- 19 - Romaria da Terra - Francisco Beltrão
- 22 - Reunião do Coletivo Regional de Funcionários/as de Escolas do NS Metro Norte
- 23 a 26 - Encontro Nacional de Sindicatas Anti-Racista da CUT
- 23 e 24 - Fórum de Financiamento da Educação - Colorado
- 24 - Reunião do Coletivo Regional de Promoção da Igualdade Racial do NS Francisco Beltrão
- 24 e 25 - Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública
- 25 - II Jornada Preparatória para o Fórum da Tríplice Fronteira, em Foz do Iguaçu
- 30 - Dia de Luto e Luta dos Educadores e Educadoras do Paraná

SETEMBRO

- 02 - Parada da Diversidade GLBT, concentração às 14h na Praça 19 de Dezembro (Pça do Homem Nu) - Curitiba
- 03 a 06 - IV Encontro de Educadores Negros (Poder Público e Mov. Negro), em Faxinal do Céu
- 07 - Plebiscito pela reestatização da Vale do Rio Doce - Grito dos Excluídos – Isto Não Vale, queremos participação no destino da Nação
- 13 a 16 - Fórum Mundial de Educação, São Paulo
- 18 a 22 - ENEJA – Faxinal do Céu
- 21 - Reunião do Coletivo Regional de Gênero e Classe do NS Metro Norte – Violência contra as Mulheres / Apresentação da Lei Maria da Penha”
- 22 - Comemoração 60 anos APP-Sindicato no NS de Maringá
- 28 a 30 - IV Etapa do Programa de Formação – turma estadual
- Realização de Congressos Regionais da APP-Sindicato

DICA DE SAÚDE

Acupuntura: técnica milenar é eficaz no combate de várias doenças

Apesar de existir há aproximadamente cinco mil anos, a acupuntura (“punção com agulhas” em latim) ainda é um mistério para muita gente. E não é para menos, afinal, a medicina chinesa – na qual se inclui esta técnica – vê o corpo humano por uma ótica totalmente diversa da ocidental. Para início de conversa, os chineses crêem que o corpo, bem como o restante do Universo, é controlado por pólos opostos: o yin e yang.

Eles também acreditam que existem canais espalhados por todo o corpo, que nomeiam de ‘meridianos’, através dos quais passa a ‘energia vital’, batizada de chi (a pronúncia é ‘tchi’). E é exatamente nestes canais, os 14 meridianos, onde atuam as agulhas. Doze deles, segundo a acupuntura, se relacionam aos órgãos internos, enquanto dois dizem respeito às energias yin e yang. E o objetivo da acupuntura é equilibrar o fluxo energético nos pontos em que estes estão bloqueados.

Para aqueles que são céticos, vale ressaltar que a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a eficácia do tratamento contra diversos males, entre eles dores crônicas, distúrbios funcionais digestivos e neurológicos e problemas emocionais (a exemplo do estresse). O fisioterapeuta e acupunturista Miguel Reitor, da Clínica Pronat, recomenda a técnica no combate ao estresse, mal que afeta a vida de milhares de profissionais da Educação.

“Para os educadores, a acupuntura é extremamente recomendável. Principalmente no controle da ansiedade causada pela carga excessiva de atividades na escola e, também, da relação com alunos e colegas. Temos vários casos concretos, de educadores que fizeram tratamento conosco, e melhoraram”, relata o especialista, que oferece um atendimento com desconto de 50% aos educadores e funcionários da APP-Sindicato.

	AGENTE DE APOIO			AGENTE DE EXECUÇÃO			AGENTE PROFISSIONAL			
	Classe			Classe			Classe			
	III	II	I	III	II	I	III	II	I	
REFERÊNCIA SALARIAL	01	580,00	906,06	1.415,41	870,00	1.371,79	2.162,99	2.088,00	3.353,26	5.385,22
	02	600,30	937,77	1.464,95	900,45	1.419,80	2.238,69	2.161,08	3.470,62	5.573,70
	03	621,31	970,59	1.516,23	931,97	1.469,49	2.317,05	2.236,72	3.592,09	5.768,78
	04	643,06	1.004,56	1.569,29	964,58	1.520,93	2.398,15	2.315,00	3.717,82	5.970,69
	05	665,56	1.039,72	1.624,22	998,35	1.574,16	2.482,08	2.396,03	3.847,94	6.179,67
	06	688,86	1.076,11	1.681,07	1.033,29	1.629,25	2.568,95	2.479,89	3.982,62	6.395,95
	07	712,97	1.113,78	1.739,90	1.069,45	1.686,28	2.658,87	2.566,69	4.122,01	6.619,81
	08	737,92	1.152,76	1.800,80	1.106,88	1.745,30	2.751,93	2.656,52	4.266,28	6.851,51
	09	763,75	1.193,10	1.863,83	1.145,62	1.806,38	2.848,24	2.749,50	4.415,60	7.091,31
	10	790,48	1.234,86	1.929,06	1.185,72	1.869,61	2.947,93	2.845,73	4.570,15	7.339,50
	11	818,15	1.278,08	1.996,58	1.227,22	1.935,04	3.051,11	2.945,33	4.730,10	7.596,39
	12	846,78	1.322,82	2.066,46	1.270,17	2.002,77	3.157,90	3.048,42	4.895,66	7.862,26

Cargo: Professor – Jornada 20 horas												
Classes												
	Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.288,64	1.353,07	1.420,72	1.491,76	1.566,35	1.644,67	1.726,90	1.813,25	1.903,91	1.999,10	2.099,06
Especialização	Nível II	753,44	791,11	830,67	872,20	915,81	961,60	1.009,68	1.060,17	1.113,17	1.168,83	1.227,27
Lic.Plena	Nível I	602,75	632,89	664,53	697,76	732,65	769,28	807,74	848,13	890,54	935,06	981,82
Lic.Curta+Adic	Nível Esp.III	512,33	537,95	564,84	593,89	622,74	653,88	686,57	720,90	756,94	794,79	834,53
Lic.Curta	Nível Esp.II	452,06	474,66	498,40	523,32	549,48	576,96	605,80	636,09	667,90	701,29	736,36
Magistério	Nível Esp.I	421,92	443,02	465,17	488,43	512,85	538,49	565,41	593,68	623,37	654,54	687,26

OBS: Auxílio-transporte (AT) por 20h - R\$ 175,84

Mensalidade Sindical

Conforme decisão da Assembléia Estadual da APP-Sindicato, realizada no último dia 26 de maio, a mensalidade sindical dos professores a partir do mês de julho passou a ser de R\$ 18,98. Mesmo com a alteração do valor, a mensalidade sindical da APP é ainda uma das menores do país. Com a nova mensalidade nossa entidade ficará mais forte ainda! Um sindicato forte e estruturado tem melhores condições para enfrentar os desafios contemporâneos, melhor atender as demandas de seus sindicalizados e de avançar em conquistas em direção a melhoria das condições do trabalho da categoria.

Um sindicato independente político e financeiramente é essencial para a atuação dos trabalhadores. Os trabalhadores de forma solidária devem financiar a sua própria luta. Assim, com a contribuição de cada um, vamos fortalecendo ainda mais nossa entidade.

Ao mesmo tempo, a APP está realizando uma campanha estadual de sindicalização. Você que ainda não faz parte do sindicato, sindicalize-se. A educação precisa de você!

EXPEDIENTE: APP-Sindicato - Filial da CUT e à CNTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822, Fax (41) 3222-5261 www.app.com.br
 Presidente: José Rodrigues Lemos; Sec. Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha. Jornalistas: Valnísia Manguiera (893-SE) e Simone Giacometti (4441-PR) Diagramação: Jacqueline Licadiedoff (DRT 4672-PR) - Imprensa: Gráfica Renascor - Tiragem de 60 mil exemplares.
Gestão Independência, Democracia e Luta - 2005-2008
 José Rodrigues Lemos - Presidente • Idemar Vanderlei Beki - Secretária Geral • Saionara Cristina Bocalon - Secretária de Finanças • Janesley A. Albuquerque - Secretária Educacional • José Valdivino de Moares - Secretária de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretária de Políticas Sindicais • Elide Bueno - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretária de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Sérgio Marson - Secretária de Assuntos Jurídicos • Sábina da Silva Turbay - Secretária de Aposentados • Silvana Prestes Rodacoswiski - Secretária de Políticas Sociais • Marlei Fernandes de Carvalho - Secretária de Organização • Maria Madalena Ames - Sec. de Formação Sindical • José Uelides Camilo - Secretária de Sindicalizados

Mobilização da categoria garantiu a reposição

17,04% de reposição para os professores, 3,34% para os funcionários. A luta pela equiparação salarial e pela aprovação do Plano de Carreira para os funcionários continua.

Após um ciclo intenso de mobilizações, debates nos fóruns da categoria e de reuniões de negociação entre a APP- Sindicato e o governo conquistamos através da Lei 15.512 de 31/05/2007, a reposição de 17,04% para os professores e 3,34% para o funcionários. Os índices conquistados correspondem as defasagens inflacionárias aferidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, no período compreendido entre a data da última reposição ou reestruturação de carreira até o mês de abril de 2007. No caso dos professores, abril de 2004, através da Lei Complementar 103/04) e os funcionários, em

julho de 2006 (Lei 15.044/06). Além da conquista dos índices de reposição, a categoria obteve outra importante conquista, o restabelecimento da data base para os servidores, entre estes professores e funcionários de escolas. A data de primeiro de maio, é a partir de agora a data de referência para a reposição anual da perdas inflacionárias de cada categoria. O desafio agora é conquistarmos a cada ano índices superiores ao da defasagem inflacionária para avançarmos em direção à equiparação salarial dos professores e a melhoria dos salários dos funcionários de escolas.

“A instituição da data de 1º de maio de cada ano para a reposição das perdas inflacionárias, conforme estabelece o artigo 7º da Lei 15.512, de 31/05/07 foi uma das mais importantes conquistas da categoria no último período”.

É bom frisar que a aprovação da Emenda Constitucional

21 que ampliou de 25% para 30% dos recursos decorrente da receita dos impostos do Estado para a educação, conforme defendia a APP foi fundamental para a conquista da reposição.

A atuação da categoria em torno do sindicato tem consolidado uma série de conquistas. Vamos continuar avançando.

Uma conquista para todos: Isonomia é garantida!

A reposição conquistada de acordo com a Lei aprovada está sendo estendida para todos os segmentos da categoria: professores e funcionários da ativa e aposentados, do quadro estatutário ou não. Para que isto ocorresse a APP teve um papel definitivo. A mensagem do Projeto de Lei de instituição da reposição encaminhada pelo governo para a Assembléia Legislativa excluiu os professores e funcionários de escolas contratados pelos contratos temporários, PSS ou CLT. Através da intervenção da APP-Sindicato foi aprovada uma Emenda ao Projeto retirando a restrição. A Emenda sugeria

pelo sindicato e negociada com o governo foi apresentada pelo deputado Prof. Luizão.

Mesmo após a aprovação da Emenda a direção da APP- Sindicato teve que novamente intervir para que a reposição dos professores PSS fosse implantada, o que ocorreu no mês de junho.

No momento a direção sindical atua junto ao governo para garantir o pagamento da reposição referente ao mês de maio para os professores PSS e a implantação da reposição dos 3,34% para os funcionários de escolas, retroativa ao mês de maio.

APP-Sindicato reivindica a implementação da reposição para os funcionários de escolas

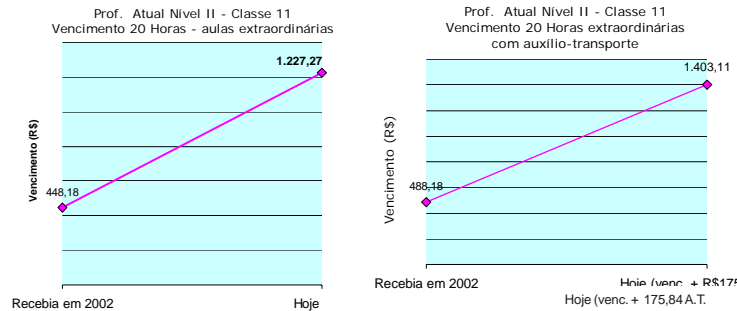
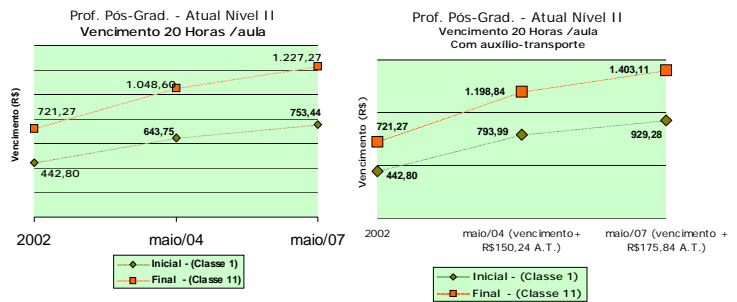
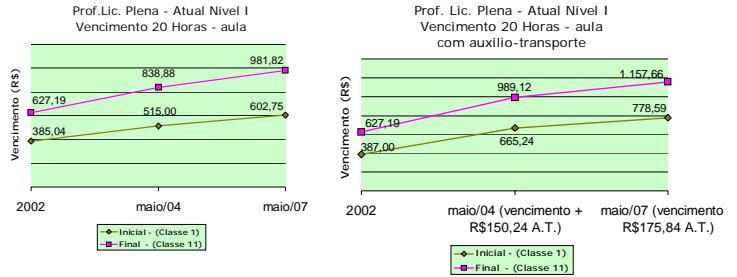
Após a aprovação da Lei da Reposição Salarial, a direção da APP-Sindicato tem realizado uma série de reuniões com setores do governo para garantir a implementação dos índices de reajuste para professores e funcionários de escolas. Só assim os professores estatutários tiveram a reposição dos 17,04% no mês de maio, em parcela única. (Inicialmente o governo havia sinalizado que o índice poderia ser parcelado). Só assim, em junho, os professores PSS receberam a

reposição também em parcela única. A APP cobra agora do governo a implantação da reposição salarial conquistada na Lei para os funcionários de escolas.

Já está garantido que a reposição será retroativa ao mês de maio. Ou seja, ao ser implantada, o governo terá que efetuar o pagamento das diferenças salariais a partir do de maio. A APP atua para que os funcionários de escolas sejam o próximo segmento a receber a reposição.

Veja a evolução dos vencimentos dos educadores:

Professores



Funcionários

Vencimento Inicial base:

	2002	07/2006	Com a reposição a ser implantada será de:
Serviços Gerais	R\$ 156,01	R\$ 580,00	R\$ 599,37
Administrativo	R\$ 269,58	R\$ 870,00	R\$ 899,06

Governo começa a implantar promoções em atraso

Após diversas reuniões e solicitação da APP - Sindicato, o governo começou a implantar as promoções em atraso. Assim, no pagamento de julho, uma parte dos professores que protocolaram certificados de Pós-Graduação teve implantada em seus contracheques, a alteração para o Nível II da Tabela de Vencimentos. Segundo a SEED, neste pagamento foram implantadas as promoções dos professores que protocolaram requerimento até o mês de janeiro de 2007.

Nos próximos meses serão implantadas as demais promoções em atraso. Entre elas, a dos professores que fize-

ram sua Pós-graduação na Faculdade de Assis, cujo certificados foram recentemente reconhecidos pela SEED para efeito de avanço.

Os professores contemplados tiveram a correção dos seus vencimentos (passagem do Nível I para o Nível II) a partir do mês de julho. No entanto, o governo não está efetuando o pagamento dos valores retroativos a data do protocolo. A APP-Sindicato continua acompanhando e cobrando o pagamento da implementação das promoções de todos que têm o direito, bem como o pagamento dos valores retroativos.

Negociações

A direção da APP-Sindicato busca junto ao governo soluções a problemas da categoria

APP-Sindicato reúne-se com a SEED para debater reivindicações

A APP-Sindicato participou, no último dia 19 de julho de uma nova reunião na Secretaria de Estado da Educação (SEED). O presidente da entidade, professor José Rodrigues Lemos, foi recebido pelo diretor-geral da SEED, Ricardo Bezerra. Também estiveram presentes, a convite da APP, o deputado estadual Professor Luizão (PT); a presidente do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), professora Diana Cristina de Abreu; o presidente da Associação Paranaense de Administradores Escolares (Apade), Sérgio Monteiro e o presidente da Associação dos Diretores de Escolas Estaduais de Curitiba (Adepec), professor Sérgio Gomes, além do economista do Dieese Cid Cordeiro.

Durante a conversa, o grupo discutiu com o diretor-geral da Secretaria diversos temas. O primeiro foi a aplicação da lei nº 11.301/06, de autoria da deputada Neyde Aparecida (PT/GO) e que trata da aposentadoria especial para professores e pedagogos. Segundo Lemos, apesar de a APP-Sindicato ter atuado com destaque na aprovação desta lei – que, inclusive, vem sendo apli-

cada em vários Estados – os diretores e pedagogos que atuam na rede estadual de ensino do Paraná ainda não foram contemplados pela mesma. O segundo ponto da pauta foi a questão dos avanços na carreira dos professores. A entidade



Reunião entre a APP-Sindicato e governo em 19 de julho

relembrou que existem várias promoções e progressões que já deveriam ter sido implementadas há alguns meses, mas isto não aconteceu. Da mesma forma, foram lembrados os casos de promoções retroativas – referentes aos cursos de pós-graduação feitos em Jaboti-

cabal, Batatais, entre outros – que ainda não foram pagas. De acordo com Cid Cordeiro, o Estado tem condições de arcar com o custo para implementar tanto as aposentadorias, quanto os avanços na carreira. “Não existe restrição fiscal, nem financeira, pois os recursos destinados à Educação são suficientes para cobrir estas demandas”, revelou o técnico.

No encontro, o pagamento retroativo dos 17,04% de reposição – referente ao mês de maio – dos professores contratados pelo regime do PSS voltou a ser discutido. O presidente da APP destacou que, no final do mês, será promulgada, na Assembléia Legislativa do Estado, a Emenda Constitucional que elevou para 30% o índice mínimo de aplicação da receita estadual (de impostos) na Educação. Para Lemos, a

medida resultará em mais dinheiro para o setor, que poderá ser usado para pagar os professores temporários e, também, para repor as perdas salariais dos funcionários das escolas. Sobre a situação dos profissionais readaptados, Lemos solicitou, mais uma vez, que a SEED envie novas orientações aos núcleos, para que estes profissionais tenham seus direitos assegurados.

Ricardo Bezerra afirmou que irá se encontrar com a secretária estadual da Administração, Maria Marta Lunardon, para discutir a questão da aposentadoria especial e dos avanços na carreira. O diretor-geral também se comprometeu a fazer um levantamento do número de pedidos de aposentadoria de diretores e pedagogos, além de calcular os custos para a aplicação das promoções e progressões. Por último, Bezerra garantiu que será montado um grupo, a fim de discutir a questão do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), do porte das escolas e do conteúdo das resoluções publicadas este ano com relação às progressões de 2007.

Novos concursos Públicos serão realizados neste semestre

A Secretária de Educação anunciou para a APP – Sindicato que ainda neste ano realizará novos concursos para a contratação de professores e pedagogos. Os editais de convocação dos concursos devem sair no mês de agosto ou setembro. Serão disponibilizadas um número significativo de vagas.

O governo assumiu o compromisso com o sindicato de não disponibilizar as vagas hoje ocupadas pelas aulas extraordinárias para estes concursos. Serão ofertadas as vagas hoje ocupadas

pelos contratos PSS e vagas oriundas de aposentadoria. Isto, em virtude da negociação para a implementação do cargo de 40 horas. O Secretário da Educação, Maurício Requião reafirmou o compromisso com o sindicato de iniciar em breve a implementação do cargo de 40 horas.

A realização de novos concursos, sem sombra de dúvidas é importante para a categoria e para a educação em geral. Esta é uma luta antiga dos educadores paranaenses. A garantia do

regime estatutário, de carreira e de estabilidade propicia melhores condições para a atuação dos educadores. De 2003 para cá milhares de educadores foram efetivados por concurso público.

Com a garantia da não inclusão do número de vagas ocupadas hoje pelas aulas extraordinárias nos concursos de 2007, os educadores estão avançando na possibilidade de duas importantes conquistas: o concurso público e a implementação do cargo de 40 horas.

Projeto de Lei aprovado na Assembléia Legislativa beneficia contratados pelo PSS

Os deputados e deputadas aprovaram por unanimidade no último dia 16 de junho o Projeto de Lei 460/07, originário de um processo de negociação entre a APP-Sindicato e o governo do Estado.

O Projeto de Lei 460/2007, apresentado pelos deputados Luiz Cláudio Romanelli, do PMDB e professor Luizão, do PT, altera o sistema de contratação de serviços temporários, extinguiu a “quarentena” a que esses profissionais eram submetidos.

A proposta foi debatida e acordada entre a direção da APP-Sindicato e o governo para corrigir a distorção criada por dispositivos da Lei Complementar 108/2005,

que determinava que os contratados por Processo Simplificado de Seleção (PSS), só poderiam prestar serviço ao estado novamente depois de ficar dois anos afastados. Para se ter uma idéia, um trabalhador contratado para cobrir uma licença maternidade de 120 dias, ou licença médica de 30 dias, por exemplo, era obrigado a ficar 24 meses sem trabalhar para o estado.

A cada ano a APP vinha atuando para a prorrogação dos contratos a fim de evitar as demissões dos educadores e consequentemente a falta de professores nas escolas. A aprovação do Projeto de Lei beneficiará os atuais educadores contratados pelo Processo Simplificado de Seleção.

A direção da APP-Sindicato acompanhou o trâmite do projeto desde o debate nas comissões até a aprovação por unanimidade em plenário. Agora o Projeto de Lei foi encaminhado para a assinatura do governador. A APP atua para que a nova Lei seja sancionada e publicada o mais rápido possível.

É importante frisar que o Projeto de Lei 460/2007, que derruba a “quarentena” de 2 anos, não sobrecarrega o Estado de realizar concurso público. Muito pelo contrário. Através da realização de concursos públicos os contratos temporários serão substituídos gradativamente por cargos estatutários, garantindo assim estabilidade e carreira para os educadores.

Sindicato acompanha processo de nomeação dos funcionários de escolas

No dia 18 de junho deste ano, o governo do Estado publicou o Decreto 985/07 dando posse a candidatos aprovados no concurso público para agente de apoio realizado em outubro de 2006

Foram convocados para a nomeação parte dos aprovados dentro do número de vagas estabelecidas pelo Edital 128, de 22 de agosto de 2006 que convocou o concurso público. O Edital previu 3282 vagas para todo o estado do Paraná. No entanto, em virtude de questionamento judicial por um dos aprovados, até o momento foram nomeados aproximadamente dois mil aprovados.

Assim que resolva a pendência judicial, o governo irá convocar os outros candidatos e candidatas aprovadas dentro do número de vagas.

A APP-Sindicato está acompanhando junto ao governo todo o processo de nomeação dos funcionários. A direção sindical reivindica que as vagas previstas no Edital 128/06 sejam ampliadas, o mais rápido possível, visto que muitos funcionários foram aprovados no concurso fora do número de vagas. Isto poderá acontecer assim que o governo dê posse aos 3.282 primeiros candidatos aprovados.

Mobilização

Mobilização do dia 30 de agosto comemora os 60 anos de história da APP-Sindicato

30 de agosto é dia de paralisação estadual

Professores e funcionários de escolas, fiéis a história de lutas e resistência da categoria, realizam no próximo dia 30 de agosto um dia de paralisação estadual. A data é símbolo da ousadia, coragem e disposição de luta dos educadores paranaenses. Há 19 anos, durante greve da categoria, educadores foram recepcionados no Palácio Iguazu com bombas, cavalos e cassetetes. De lá para cá, a data tem sido lembrada, a fim de que aquela tragédia não se repita.

O Estatuto da APP-Sindicato, aprovado pelas instâncias da categoria, institui o dia 30 de agosto como "Dia de Luto e Luta dos Educadores Paranaenses". Assim, além da indignação com triste episódio ocorrido em frente ao Palácio Iguazu, os trabalhadores em Educação têm feito desta data um momento importante para apresentar à sociedade e aos governos as principais reivindicações da categoria em defesa da carreira e da educação pública. Por isto a data também é sín-



A categoria inicia, 05 de agosto de 1988, uma das mais significativas greves da história paranaense. O governador da época, Álvaro Dias, deixa de cumprir o acordo salarial, do piso de três salários mínimos, efetuado pelo seu antecessor. Diante da situação, os educadores ocupam a Assembléia Legislativa por 16 dias para abrir um canal de diálogo e negociação com o governo. As sessões são suspensas.

Para avançar nas reivindicações, a categoria realiza no dia 30 de agosto uma grande passeata em direção ao Centro Cívico. Lá, são recepcionados por um forte aparato policial. Com violência, a polícia reprime os educadores com bombas e cassetetes. A memória desta tragédia ainda dói na alma da educação paranaense. A greve dura até 20 de setembro.

nimo de conquista. Temas como reposição salarial, hora-atividade, plano de carreira, respeito à organização sindical, isonomia salarial, melhoria das condições de trabalho, ampli-

ação de recursos para a Educação estiveram presentes nas mobilizações de 30 de agosto.

Em 2007 – Neste ano, a paralisação de 30 de agosto terá um papel fundamental. Além das reivindicações estaduais, professores e funcionários estão de olho na pauta da Educação na agenda nacional. Assim, a mobilização terá como objetivo fortalecer as negociações entre sindicato e governo estadual, com intuito de avançar em pontos centrais da pauta para a melhoria das condições de trabalho da categoria. Ao mesmo tempo - juntamente com os trabalhadores em Educação de todo o país - vamos pressionar o Congresso Nacional, e o governo federal, para que se aprove o Piso Salarial Profissional Nacional, conforme proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores e a inclusão na LDB, dos funcionários de escolas como profissionais de educação.

Categoria organiza mobilizações para o mês de agosto

Consolidada a conquista salarial, os educadores paranaenses continuam atuando para avançar em reivindicações também importantes para a melhoria das condições do seu trabalho. Algumas questões já foram debatidas à exaustão com o go-



30 de agosto de 2006

verno do Estado, porém até o momento não obtivemos avanços concretos.

APP tem cobrado encaminhamento em relação à aposentadoria especial para diretores e pedagogos, pagamento das promoções em atraso, plano de carreira dos funcionários de escola, cargo de 40 hortas, contagem das aulas extraordinárias no segundo cargo, alteração de critérios do PDE, melhoria do atendimento à saúde, entre outras. Além das reivindicações junto ao governo do Estado, neste momento a categoria deverá

atuar e acompanhar em relação à pauta de nacional ligada aos educadores e trabalhadores do país. Tramitam no Congresso Nacional Projetos de Lei de intensa repercussão na vida dos educadores brasileiros.

Além da continuidade da campanha a favor do veto à Emenda 3, educadores de todo país atuarão para a aprovação de um Piso Nacional Profissional para professores e funcionários de escola que restabeleça a valorização profissional merecida pelos educadores e pela aprovação do Pro-

jeto Lei 6206/05 que inclui os funcionários de escolas como profissionais de educação na LDB, entre outras.

No próximo dia 18, os educadores realizam Assembleia Estadual da categoria, em Curitiba

para definir e organizar ações do sindicato para o segundo semestre, especialmente, as atividades para o mês de agosto. A APP pretende organizar uma grande atividade no dia 30 de agosto – dia de luto e de luta da educação paranaense. Ao mesmo tempo, com o objetivo de avançar nas reivindicações e comemorar os 60 anos de história da APP-sindicato.

A Assembleia definirá também formas de intervenção junto ao Congresso nacional para a aprovação de projetos de lei de acordo com os interesses da categoria e aprovara o regulamento do X Congresso Estadual da APP-sindicato previsto para os dias 30/11, 01 e 02/12/07.

Participe do calendário de mobilização!

15/08 – Mobilização Nacional em Brasília - pelo Piso salarial Profissional Nacional, contra reformas que retirem direitos e pela carreira dos funcionários).

17/08 – Conselho Estadual da APP-Sindicato, na sede da entidade, em Curitiba.

18/08 – Assembleia Estadual da categoria. Horário: 8:30h
Local: Sociedade dos Sub-tenentes e Sargentos do exército, em Curitiba.

30/08 – **Paralisação Estadual**
Dia de Luto e Luta da Educação Pública.

Concentração às 9h na Praça Santos Andrade, Curitiba. Caminhada da Praça até o Centro Cívico

Funcionários Delegação da APP-Sindicato participa de encontro nacional

Funcionários definem bandeiras de luta durante Encontro Nacional

Evento reuniu categoria e reforçou a necessidade de união pela carreira e profissionalização

Um dos eixos básicos que deverá nortear com mais rigor a luta pela valorização dos funcionários de escola, em todo o país, será a unificação da categoria. Esta foi uma das definições retiradas pelos representantes dos trabalhadores em Educação que participaram do 6º Encontro Nacional do Departamento de Funcionários de Escola (DEFE). O evento, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), aconteceu de 12 a 14 de julho, em Valparaíso (GO).

O Paraná esteve representado no Encontro através da APP-Sindicato, que enviou 17 delegados e dois observadores, entre eles o secretário dos Funcionários da entidade, José Valdivino de Moraes e Silvana Prestes da Secretaria de Políticas Sociais. Segundo Valdivino foi possível alcançar objetivos importantes. “Conseguimos localizar as principais dificuldades que temos no país. Uma delas é a falta de uma melhor organização e capacidade de fazer a luta em relação à demanda da pauta dos funcionários de escola”, analisou.

Para exemplificar a situação, Moraes apresenta o caso do Estado de Santa Catarina, onde a maioria dos funcionários é terceirizada. “Os trabalhadores são contratados através de associações de pais e professores”, revela. Este fato, segundo o secretário, impede que a organização da categoria aconteça de forma efetiva. Situações difíceis também foram constatadas em São Paulo e Minas Gerais. “Em São Paulo, a terceirização também caminha a passos largos. Em Minas Gerais, os contratos são feitos através de designação do governador, isto numa precariedade



Secretário de Funcionários da APP, José Valdivino acompanha a fala Dep. Carlos

sem tamanho”, descreveu.

Além desta questão, durante o evento voltou a ser discutido o pagamento, em todos os Estados, de baixos salários e a situação de não reconhecimento dos funcionários quanto trabalhadores vinculados à Educação. “Apesar da CNTE, juntamente com os diversos sindicatos - entre eles a APP - trabalhar no sentido de construir o conceito de ‘funcionário-educador’, persiste a dificuldade em avançar nesta concepção”, explicou Moraes, ressaltando que neste sentido, a qualificação dos trabalhadores potencializa o papel dos mesmos quanto educadores.

Plano de Carreira e PSPN

Outro encaminhamento retirado do Encontro Nacional foi o de que os trabalhadores, devem lutar para construir seus planos de carreira. Esta medida fortalece a luta pela profissionalização da categoria, que ainda enfrenta muitos desafios.

Na Câmara dos Deputados, continua a batalha pela aprovação de dois importantes projetos de lei relacionados à categoria: o PL 6.206/05, da senadora Fátima Cleide, que

reconhece os funcionários como profissionais da Educação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional; e o PL 1.592/03, do deputado Carlos Abicalil, que institui normas para a confecção de planos de carreira na educação para os funcionários de escolas.

O primeiro projeto de lei já foi aprovado pelo Senado Federal. Agora falta a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados fazer o mesmo. Com relação ao projeto de carreira, a matéria ainda deverá passar pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, antes de seguir para votação final em plenário.

Com relação ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), a conquista da extensão do mesmo aos funcionários não será fácil. “A aprovação deste direito está bastante difícil”, analisa Moraes. Neste sentido, o entendimento construído no Encontro Nacional é que os educadores, de uma forma geral, deverão lutar pela aprovação do piso, mesmo que, inicialmente, este beneficie apenas os magistério. “Criando este fato,

o Piso já implantado no país, torna-se mais fácil fazer sua ampliação aos funcionários”, diz Moraes.

Mas apesar desta preocupação estar no horizonte de luta da categoria no momento, segundo secretário de Funcionários da APP, será priorizada a capacidade de organização e luta para dar conta da regulamentação dos projetos que vão desde a alteração do artigo 61 da LDB, até a questão de criação das novas diretrizes para planos de carreira.

Crescimento do Profuncionário

O avanço do Profuncionário e a política de valorização do Ministério da Educação (MEC) voltada à categoria, também foi analisada no Encontro do DEFE. Segundo os números oficiais, os cursos (em cinco habilitações: alimentação, meio ambiente, infra-estrutura escolar, gestão escolar e multimeios didáticos) que integram a iniciativa, já foi implantando em cinco Estados, entre eles o Paraná. Outros 12 Estados estão recebendo o programa até o final do mês de agosto deste ano.

A política será ampliada a outros oito Estados, segundo o planejamento do MEC, até o final de 2007. Apenas Minas Gerais e Rio Grande do Sul ficarão para 2008. “Com a implantação do Profuncionário em todo o país, será consolidada a visão dos funcionários de escola como profissionais da Educação. Este fato, juntamente com as alterações que estamos fazendo na legislação, permitirá que tenhamos em breve um novo futuro para a categoria e, também, para a qualidade da Educação em todo o país”, acredita Moraes.

Mobilização - Aqui no estado, a pauta dos funcionários estará presente em todo calendário de mobilização da APP-Sindicato.

Núcleo de Ivaiporã realiza reunião com educadores afastados por licença médica

Com a participação do técnico em Segurança do Trabalho da APP e assessor da Secretaria Estadual de Funcionários Edevalter Bueno, o Núcleo Sindical de Ivaiporã realizou, no último dia 03 de agosto, mais uma reunião para debater e discutir alternativas para a melhoria da saúde dos professores e funcionários de escolas. Pela primeira vez o encontro reuniu educadores afastados por licença médica.

Mais de 30 educadores da região estiveram presentes. Vários temas foram abordados, desde a readaptação, aposentadorias, perícia médica, entre outros. Segundo Edevalter, os relatos emocionam. “Infelizmente, não há uma política mais consistente de atendimento e acompanhamento destes trabalhadores que dedicaram parte da vida para o atendimento da população”, avalia o técnico.

Além de levar informações sobre



Edevalter com parte dos trabalhadores presentes na reunião

os direitos, o encontro teve como propósito realizar um levantamento das principais dificuldades enfrentadas por estes profissionais. Segundo Edevalter, é preciso melhorar as condições de trabalho dos educadores, para que

estes não continuem aumentando o número de licenças médicas. Paralelamente, também é preciso instituir uma política mais efetiva para o atendimento daqueles que por ventura se afastarem.

A atividade realizada em Ivaiporã foi a primeira no Estado. Outros núcleos da APP, como Maringá, Campo Mourão e Londrina já efetuaram o levantamento dos educadores em licença médica. Na sequência, realizarão o debate com os mesmos.

Além desta atividade, o Sindicato tem realizado cursos de Prevenção de Acidentes, como o que aconteceu em Marialva, no dia 04/06/07.

Fique de olho e solicite o voto favorável dos parlamentares aos projetos de Lei de interesse da categoria.

PL 6.206/05, da senadora Fátima Cleide, que reconhece os funcionários como profissionais da Educação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional.

PL 1.592/03, do deputado Carlos Abicalil, que trata de plano de carreira para professores e funcionários

Encaminhe e-mails para os parlamentares paranaenses.

Lista dos parlamentares no portal da APP www.app.com.br

As mobilizações serão decisivas para a aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional

Vem de longa data a luta dos profissionais da Educação pela aprovação de um piso salarial profissional. Os registros históricos remetem a discussão sobre o tema ao período do 1º Império, isto é, cerca de 180 anos atrás. Desde então, a categoria busca um piso que unifique tanto as reivindicações, como as necessidades da profissão. Mas enquanto esta demanda caminha para completar seu bicentenário, a profissão – e principalmente os desafios inerentes ao seu exercício – não parou no tempo.

“Ao longo das últimas décadas, nosso trabalho sofreu enormes transformações, principalmente no que se refere à precariedade das condições de trabalho e de salário. Estas não acompanharam a luta social pela universalização do acesso à escola. A universalização da educação, como determina a Constituição Federal, não ofereceu nenhuma condição de qualidade”, avalia a professora Marlei Fernandes, secretária de Organização da APP-Sindicato e integrante da executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

De acordo com Marlei, a “oferta”, por parte do poder público, consistiu somente em políticas de desresponsabilização do Estado que, por sua vez, terminaram por deixar a Educação à deriva e sob a responsabilidade dos profissionais. Porém, a despeito do panorama, os professores têm desempenhado suas tarefas. Entretanto, para cumprir esta função social, os profissionais da Educação precisam de suporte.

“São necessários permanentes formação e atualização, condições para desempenho do trabalho, além das horas para estudo, preparação das atividades e, ainda, condições de saúde física e mental diante dos desafios que encontramos na escola”, aponta Marlei, lembrando que a vida da maioria da população, por conta da divisão de classes, se agravou e os conseqüentes conflitos sociais avançaram sobre a Escola. “E o poder de superação dos mesmos vai além dos trabalhos desempenhados no ambiente escolar”, enfatiza.

Por que o piso é importante?

A profissão do magistério é marcada por disparidades nacionais invisíveis. A maioria dos salários é baixa, tanto nos Estados, quanto nos municípios. Por isto o piso salarial, na visão da APP-Sindicato e de



Delegação paranaense na mobilização nacional - 25/04/07

mais entidades representativas da categoria, é um instrumento importante na retomada da valorização dos profissionais da educação pública no país.

“Ele não trata apenas de remuneração. Também discorre sobre salário inicial de carreira, jornada de trabalho, formação continuada e horas de preparação para o trabalho. É uma proposta completa de carreira profissional, para uma função tão importante”, argumenta Marlei.

E os primeiros passos para transformá-la em realidade já foram dados.

Acompanhe o processo de tramitação do piso:

* Em 6 de dezembro de 2006, foi aprovada a Emenda Constitucional 53, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e também instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

* Em abril deste ano, o governo federal enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 619/07, estabelecendo um piso de R\$ 850 para os professores do ensino público da educação básica e atrelando-o a uma jornada de 40 horas semanais.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por sua vez, não concordou com a proposta e apresentou um substitutivo ao PL 619. Neste, a entidade propõe os valores de R\$ 1.050 e R\$ 1.075, respectivamente, para profissionais de nível médio e nível superior, para uma jornada de 30 horas, além da cria-

ção de um piso salarial específico para os funcionários de escola. A partir daí, várias audiências públicas foram realizadas no país, sendo a primeira no Paraná, com a presença do deputado Severiano Alves (PDT/BA), relator do projeto na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal.

No dia 11 de julho, o relatório preliminar sobre a proposta deveria ter sido votado e discutido pela Comissão da Câmara. Mas isto não ocorreu. Atendendo à solicitação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o presidente da Comissão de Educação, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), retirou o projeto da pauta de votação, o que nos deixou indignados no Congresso.

No parecer preliminar, Severiano Alves estabeleceu dois pisos para os profissionais da Educação: aqueles que possuem o ensino médio, na modalidade Normal, receberão, por jornada de 25 horas semanais, um mínimo de R\$ 900; os que são habilitados em nível superior, em curso de licenciatura, receberão um mínimo de R\$ 1.100, pelo mesmo período.

Qual é o preço?

O resultado do processo de desvalorização da profissão tem sido demonstrado através de constatações assustadoras. De acordo com o relatório “Escassez de Professores no Ensino Médio: Soluções Estruturais e Emergenciais”, elaborado por membros do Conselho Nacional da Educação (CNE), as escolas públicas brasileiras sofrem um déficit de 246 mil professores.

Faltam, principalmente, docentes graduados em Física, Química e Matemática.

Se for considerado o atendimento ao ensino médio, que hoje conta com apenas 50% da demanda, seria necessário, então, o triplo de profissionais formados e capacitados, para atuar na educação básica. Infelizmente, o quadro atual em que se encontra a categoria não atrai novos talentos. Para a secretária de Organização da APP, só existe uma solução.

Mobilização pelo PSPN

A atuação dos educadores de todo país será fundamental para a aprovação de um piso salarial que traga melhorias das condições de salário e trabalho da categoria. Por isso, a importância da atuação dos educadores paranaenses, especialmente no mês de agosto, momento no qual os parlamentares retomam as atividades no Congresso Nacional.

A APP encaminhará uma caravana para a mobilização do dia 15 (vide box), chamada pela CNTE e Central Única dos Trabalhadores (CUT). O propósito é pressionar os deputados para que eles aprovem as propostas dos educadores. O Sindicato orienta que cada professor(a) e funcionário(a), envie e-mails aos parlamentares paranaenses, solicitando destes o voto favorável às proposições da nossa Confederação. Lista dos parlamentares no Portal da APP: www.app.com.br

Educadores de olho na pauta do Congresso Nacional

Trabalhadores de todo o país montarão acampamento em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, a partir do dia 15 de agosto. A mobilização, que está sendo organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), conta com o apoio da CNTE. Os educadores de todo os país estarão presentes. A APP-Sindicato encaminhará uma delegação estadual (um ônibus) para participar das atividades. No dia será realizado, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a partir das 10 horas da manhã, um corpo a corpo com os parlamentares.

O objetivo é somar os educadores a esta grande manifestação, cuja meta é apresentar à sociedade a “Plataforma dos Trabalhadores”. Durante a estada em Brasília, a categoria – juntamente com os demais participantes – irá cobrar a votação de projetos importantes para professores e funcionários de escola, como também para se opor à ofensiva que está em curso contra os direitos trabalhistas.

Veja alguns pontos da pauta do Dia Nacional de Mobilização da CUT:

- Aprovação do Piso Salarial Profissional Nacional para todos os profissionais da educação;
- Aprovação do PL 6.206/05
- Aprovação do PL 1.592/03
- Manutenção do veto do Presidente Lula à Emenda 3;
- Mudanças na política econômica;
- Direito Irrestrito de Greve e Contra o Interdito Proibitório;
- Garantia da negociação coletiva no serviço público e respeito total à organização dos trabalhadores;
- Previdência Pública para todos e que amplie direitos;
- Reforma Agrária e Incentivos à Agricultura Familiar;
- Valorização da Educação Pública.

Entrevista

O Jornal 30 de Agosto traz nesta edição uma entrevista especial com o educador, militante, escritor e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Miguel Arroyo.

Arroyo abriu no dia 27 de abril o Ciclo de Debates da APP- Sindicato, organizado como uma das atividades de comemoração dos 60 anos da entidade.

O tema trabalhado por Arroyo não poderia ter sido melhor para a ocasião: "A escola pública e os movimentos sociais: que currículo para um projeto de sociedade?".

30 - Professor Miguel Arroyo, para nós é uma honra tê-lo aqui na abertura dos Ciclo de Debates da APP-Sindicato. Gostaríamos de iniciar esta conversa com a seguinte questão: Qual o papel dos movimentos sociais na construção de um currículo e uma educação emancipadora?



Professor Miguel Arroyo

Miguel Arroyo - Normalmente quando analisamos a educação insistimos muito no papel do Estado. Temos uma visão que a educação e até a sociedade, o currículo, dependem do que o estado fizer. Temos uma tradição em que se dá uma centralidade ao Estado. Ele passa a ser visto como construtor da sociedade. Até aí está bem, ele tem que ser. Mas de tal maneira se enfatiza o papel do Estado, que esquecemos que a própria sociedade também se constrói. Que há sujeitos na sociedade que a constroem. Que o projeto de sociedade não é algo que vem de cima para baixo. Nem o projeto de escola. Que na própria sociedade há uma dinâmica que empurra a sociedade. Que na escola há uma dinâmica que empurra a própria escola. E quem são os sujeitos dessa dinâmica? Os movimentos sociais. Não é o amontoado de sujeitos, como pensa o liberalismo, o amontoado de sujeitos que constroem a sociedade. Não. Para nós a sociedade não se constrói pela soma dos sujeitos. A sociedade se constrói a partir dos sujeitos coletivos. E esses sujeitos coletivos são os movimentos sociais.

30 de agosto - Podemos afirmar então que os movimentos sociais têm um papel importante para a constituição do sistema educacional brasileiro.

Miguel Arroyo - É interessante perceber que na história da educação latino-americana o sistema educacional não foi uma dádiva do Estado, mas uma pressão da sociedade. A nossa trajetória é um pouco diferente da história de outros lugares, onde é o Estado que vai construindo o sistema educacional. Se dependesse do Estado, da burguesia, tão retrógrada, tão atrasada, se dependesse de nossas elites, o sistema educacional público não aconteceria. Seria deixado às traças. Isso nós temos que ter claro. O que há de construção em nosso sistema educacional, o que há de público, ainda que seja pouco, em nossa escola pública é muito mais um produto das pressões da sociedade organizada do que de um Estado justo, esclarecido, que tem um projeto de sociedade democrática, igualitária, de direitos garantidos na escola. Esse ponto é muito interessante. Quem são os sujeitos de construção de uma escola pública? Quem tem sido sujeito da construção de um outro projeto de

sociedade? Quem tenta tornar essa escola e esse projeto diferentes? São os movimentos sociais. São os coletivos sociais.

30 - Qual tem sido a contribuição do movimento dos educadores na construção de outro projeto de sociedade, de outro projeto de escola e de currículo?

Miguel Arroyo - Colocaria a questão

nos seguintes termos: que traços seriam mais marcantes nessa construção coletiva da categoria docente? Que traços seriam mais marcantes, mais destacados? Aqueles traços, sobretudo, que terminam ajudando a construir outra sociedade, outra escola, outro currículo e sobretudo outro profissional da educação.

O primeiro traço que eu gostaria de destacar: desconstruímos imagens sociais tradicionais muito pesadas, pesadíssimas de carregar, de educador, educadora, professor, professora. Que imagens pesadas foram essas que desconstruímos? Aconselho vocês a fazer esse exercício. Faz 60 anos. E até hoje, ainda, sobre o magistério pesam imagens sociais que temos que desconstruir. Em que medida essas imagens sociais sobre o magistério terminam sendo imagens sociais pesadas sobre a escola. Por exemplo, uma imagem social muito forte, que o movimento docente tentou desconstruir. A escola como quintal, como propriedade das elites. E conseqüentemente o professor como um puxa-saco das elites. Como alguém que tem que ser agradecido às elites.

Antigamente se falava que depois das grandes batalhas o butim era repartido entre os heróis. A escola continua na mesma lógica. Ainda é repartida depois de uma eleição entre os heróis que ganharam a contenda. Isto foi, isto ainda é. A escola não teve autonomia. A escola foi tratada e continua sendo, por muito tempo, como quintal na repartição do butim da eleição, das articulações partidárias, das barganhas políticas. A mesma lógica da apropriação da terra, desde as sesmarias, se fez com as escolas. Essa escola nunca foi pública porque era privatizada. Quem teve coragem de se contrapor a isso? Foi o movimento docente. Eu vejo no movimento docente, talvez o seu traço mais importante, a desprivatização da escola pública. Um caminho importante para torná-la pública. Desprivatizá-la. Tirá-la do jogo das

barganhas, do jogo do poder, do jogo dos interesses mesquinhos. Essa me parece que foi uma tarefa dos sindicatos.

Mas eu alerto vocês: esta tarefa não foi totalmente cumprida. Ainda há muitos mecanismos que tornam a escola pública mais privada do que pública. Este é um deles.

Eu ainda considero que os grandes educadores da categoria são os sindicatos docentes. E se eles falham, a categoria e sobretudo as novas gerações não vão ser educadas politicamente. E vão cair nessa auto-ajuda, nesse romantismo nesse subjetivismo que é bem propício ao campo da educação.

Acho que uma das características mais importantes da categoria e do movimento docente desses anos, foi insistir, politizar o campo da educação tão naturalizado. E a visão que tínhamos da própria docência tão naturalizada, dos processos de ensinar e aprender tão naturalizados. A visão que tínhamos dos próprios educandos e de suas aprendizagens tão naturalizadas.

O terceiro ponto que considero importante em termos de traços da nova identidade docente que foi construída pelo próprio movimento docente: sujeitos de direitos. O movimento docente não apenas diz que somos trabalhadores, não apenas politiza a educação, mas a politiza por que a coloca no campo dos direitos. Ser trabalhador não é apenas ser mercadoria, é ser sujeito de direitos. Ainda mais do que ser trabalhador, acho que o que houve de mais revolucionário foi ter colocado os profissionais da educação como trabalhadores em educação e colocado a educação no campo dos direitos. Quem foi que gritou nas ruas: educação, direito de todos nós e dever do estado? Não foram os técnicos do MEC nem sequer os professores das faculdades de educação. Foi sobretudo o movimento docente. O movimento docente foi o primeiro a trazer a educação para o campo dos direitos. Tirá-la do campo da mercadoria, onde tinha sido colocada pela ditadura, através da reforma universitária e da reforma da lei 5692.

Acho que ter como referente ético-político os direitos é o caminho, o único caminho, para construir a universidade pública, a escola pública, o sistema educacional público, etc. Este é um legado nosso. Mas que direitos? Acho que um dos direitos mais destacados é o direito ao trabalho, o direito às condições de trabalho, a salários, a carreira, o direito à estabilidade – o direito a tudo o que conforma a condição de trabalhadores. E o interessante é que ao longo destes anos, a própria concepção de trabalhadores foi se enriquecendo com novos direitos.

30 de agosto - Qual o significado político dos educadores e dos educadores assumirem-se, sentirem-se e saberem-se trabalhadores?

Miguel Arroyo - Educadoras e educadores, trabalhadores e trabalhadoras se identificam. Essa identidade, essa aproximação, esse sentir-se e saber-se trabalhadores o que significou?

Identificar-se como trabalhadores não é aceitar que se é mercadoria. Foi na tradição de mais de um século de lutas do movimento operário, que sempre tentou chamar a atenção dos vínculos estreitos entre duas coisas: o trabalho como princípio educativo, que vem da tradição marxiana, retomada por Gramsci; e segundo, as dimensões formadoras do próprio movimento operário. O movimento operário como os grandes educadores da sociedade. Análise marxiana clássica: A burguesia tentou ser a educadora de outra sociedade. Mas não conseguiu. Só o operariado será o construtor e educador de outra sociedade. É nessa tradição que se assume a palavra trabalhador na educação. Não é uma palavra bonita simplesmente por estar associada à CUT, ou a outra central. A responsabilidade de aderir, de vincular-se à tradição do trabalho como princípio educativo e a velha e longa tradição de considerar a classe trabalhadora como o novo sujeito de uma nova sociedade é o que estava em jogo. Aproximarmos do movimento operário, reconhecer-nos trabalhadores em educação significa, sobretudo, aprender e assumir ou somar com um dos eixos pedagógicos mais fundantes na tradição marxiana e gramsciana.

30 de agosto - Os movimentos sociais (sindicatos de docentes e funcionários da educação) conseguiram avanços significativos para o campo da politização da educação. Quais são ainda os grandes desafios a serem enfrentados por esses coletivos sociais?

Miguel Arroyo - Politizar não só a escola, não só os recursos, não só os salários. Mas desnaturalizar a própria compreensão dos processos educativos. Isso ainda não foi totalmente feito. A cultura docente é ainda naturalizada. Ainda as lógicas com que ensinamos, com que tratamos os educandos, com que os catalogamos, com o que os reprovamos. Ainda são naturalizadas. Precisam ser politizadas. A reprovação tem que ser politizada, sim senhores. É um absurdo que o movimento docente desse país, que tanto avançou nesses últimos 20 e tantos anos, não tenha assumido a bandeira de dizer: acabemos com um ritual tão perverso que tanto castiga os pobres, os negros, os meninos de rua, os adolescentes que trabalham para sobreviver em nome de uma lógica perversa das reprovações. Um absurdo. Não dá para entender como um movimento docente tão lúcido, que tanto politizou dimensões de sua docência, não tenha sido capaz de politizar dimensões mais elementares dos processos escolares. Não dá para entender. Por que será? Por que será que educadores e educadoras docentes, depois de greves de 30, 40 dias, bem feitas, bem organizadas e combativas e dois meses depois reprovem 20 ou 30 % de seus alunos. A lógica que leva a reprovação não é a lógica do direito, mas a lógica do mérito, do sucesso. "São bem sucedidos ou são fracassados". O fracasso na escola pública. O fracasso não é dos alunos. É da própria escola que fracassa na obrigação que ela tem de reger-se por lógica, por valores não de sucesso mas de direitos. **Quanta coisa falta para construir a escola pública!**

“Uma das funções do sindicato é garantir o direito que todo trabalhador da educação tem de qualificar-se. Qualificar-se não apenas para ser mais útil, para tornar a escola de maior qualidade. Mas qualificar-se como gente. A formação deve ser pensada não apenas para sermos melhores professores, mais eficientes em cada matéria. Mas como direito humano, de gente.”

Educação: o que muda com o Fundeb?

Após a aprovação da emenda constitucional nº 53, em 19 de dezembro de 2006, e da medida provisória nº 339, em 28 de dezembro de 2006, foi sancionada – em 20 de junho deste ano – a Lei 11.494. A lei do Fundeb, como ficou conhecida, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e tem como objetivos melhorar a qualidade, universalizar a Educação Básica e valorizar os profissionais da Educação.

Apesar de não atender a toda expectativa dos trabalhadores da Educação, o novo fundo é um avanço em relação ao antigo Fundef, que criava uma discriminação entre os níveis de ensino e, conseqüentemente, entre os educadores. O Fundeb substitui o Fundef, que atendia apenas aos alunos do ensino fundamental e estava em vigor desde 1998, e atenderá a toda a Educação Básica durante 14 anos a partir de março de 2007.

A lei estabelece que os governos não poderão cortar repasses dos recursos destinados ao Fundo, para pagar juros da dívida pública ou mudar a destinação da verba. E o governante que não aplicar devidamente os recursos poderá ser enquadrado por crime de responsabilidade.

Outro avanço apresentado pela lei, é que todos os trabalhadores em Educação (professores e funcionários) deverão ter Planos de Carreira na área da Educação e piso profissional salarial nacional, com ingresso exclusivo por concurso público de prova e títulos. A APP-Sin-

dicato entende que todos são educadores, independente de atuarem como docentes, apoio pedagógico ou funcionários de escola. Portanto, a perspectiva de construção de carreira para todos os educadores, reforça a defesa de que, independente da função desempenhada, todos devem estar organizados dentro da Educação, com condições de trabalho e valorização.

Tanto no Fundef como no Fundeb, existe uma complementação de recursos pela União. O Estado do Paraná não os recebe, visto que o custo aluno ano praticado no Estado é maior que o custo nacional. Os

petor, orientador e supervisor) em efetivo exercício na Educação Básica, aos quais poderão ser pagos com essa rubrica apenas os salários e os encargos sociais. Os outros 40% serão destinados para pagamentos dos salários dos trabalhadores em Educação (funcionários) e na manutenção da estrutura e funcionamento da Educação Básica.

O novo fundo atenderá 48,1 milhões de alunos a partir de 2010 e movimentará R\$ 55,8 bilhões, abrangendo toda a Educação Básica. O Fundef, por sua vez, atingiu 30,2 milhões de alunos, movimentando R\$

cidade mensal dos recursos recebidos e executados à conta Fundeb. Esses recursos serão fiscalizados pelos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo. Durante o Fundef, alguns executivos se negavam a fornecer informações ao Conselho Fiscalizador, obrigando a APP-Sindicato a recorrer judicialmente a fim de garantir a apresentação dos documentos à análise das contas.

No entanto, não é suficiente o fornecimento das contas, ou seja, além do balanço devem acompanhar a prestação de contas os documentos comprobatórios como: folha de pagamento discriminada, notas fiscais e empenhos. O que também deve existir é o comprometimento do Conselho do Fundeb e a imparcialidade deste perante o Executivo. Tudo isso aliado à formação continuada que os conselheiros terão custeada pelo Executivo, para que possam desempenhar seu papel a contento.

Os conselheiros deverão ser indicados pelos seus pares. Não poderão ser parentes de integrantes do executivo ou de seus auxiliares diretos. Também não poderão estar em exercício de cargos comissionados ou serem membros de empresas de consultoria. O representante do governo (federal, municipal e estadual) também não poderá ser o presidente. Pela primeira vez, está

especificado na legislação que o conselheiro não pode sofrer nenhum prejuízo, devido a função que ocupa.

É verdade que não pode ser remunerado pelos seus serviços, mas também não pode levar falta por estar a serviço do Conselho, não pode ser transferido, perseguido, demitido nem desrespeitado pelo Executivo. E sendo o Conselho independente, não pedirá dispensa para participar das reuniões, somente comunicará as datas das reuniões antecipadamente. As reuniões deverão ser convocadas pelo presidente na periodicidade correspondente ao que reza o regimento interno do Conselho.

É claro que o Fundeb por si só, não é suficiente para garantir a universalização, a oferta, permanência e conclusão do aluno na escola. Além disso, o Fundo sozinho não garante uma Educação Básica de qualidade, mas pode ser um dos caminhos a ser aprimorado para, no mínimo, assegurar mais recurso para manutenção da estrutura educacional e remuneração dos trabalhadores em Educação.

Para isso, é fundamental que todos se envolvam e se comprometam com a construção de uma Educação melhor, de uma escola melhor e de um mundo melhor para todos. Dessa forma, é inevitável que sejamos atores e não coadjuvantes nesse processo, afinal, todos somos responsáveis por essa transformação.

Contribuição do professor Edilson Aparecido de Paula, secretário de Municipais da APP-Sindicato

Diferenças entre o Fundeb e o Fundef	
FUNDEF – 15% de impostos:	FUNDEB – 20% dos impostos:
FPM – Fundo de Participação dos Municípios	FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FPE – Fundo de Participação dos Estados	FPE – Fundo de participação dos estados
IPI-EXP – Imposto sobre os produtos industrializados para a exportação	IPI-EXP – Imposto sobre os produtos industrializados para a exportação
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
ICMS – Lei Kandir	ICMS – Lei Kandir
	IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos
	ITR – Imposto Territorial Rural
	ITCMD – Imposto sobre a Transmissão da Causa Mortis

recursos de aporte de verba para a formação do Fundeb seguem o seguinte cronograma: R\$ 43,1 bilhões no ano de 2007; R\$ 48,9 bilhões em 2008; R\$ 55,2 bilhões em 2009 e 55,8 bilhões a partir de 2010 corrigidos. E não é difícil perceber que existe uma proposta de ampliação para o futuro, que embora insuficiente, é bem vinda.

Do total do Fundo, 60% serão destinados ao pagamento dos salários dos profissionais da Educação (professor, diretor, vice-diretor, coordenador, ins-

35,5 bilhões, visto que atendia apenas o Ensino Fundamental.

É perceptível o crescimento de investimento no novo fundo, mas é notável, também, o crescimento da demanda a ser atendida. Por isso é fundamental que a União coloque mais dinheiro na Educação, para atingir a proposta de Plano Nacional de Educação (PNE) defendida e construída pela sociedade.

Outro avanço que a lei proporcionou foi a obrigatoriedade dos executivos darem publi-

Secretária de Municipais da APP atua em todo o Estado

A Secretária de Assuntos Municipais da APP-Sindicato tem se destacado pela sua atuação em vários municípios do Estado. Esta tem se constituído um dos principais instrumentos de lutas e conquistas dos educadores municipais paranaenses. Hoje a APP representa educadores de cerca de 100 municípios paranaenses. Além das negociações com os prefeitos, a Secretária tem levado à categoria debates importantes sobre as questões de financiamento (FUNDEF/FUNDEB), pedagógicas previdência e carreira dos trabalhadores em educação.

Abaixo alguns resultados da atuação da APP-Sindicato em conjunto com os núcleos sindicais:

Agudos Do Sul - NS Metrosul: Aprovação de Plano de Carreira com garantia de avanços significativos para a

categoria.

Alto Piquiri - NS Umuarama - Conquista de 21% de reajuste para os educadores, retroativo a maio de 2007.

Colombo - NS Metronorte - Reajuste linear de 4% para todos os Servidores, além da garantia da data base.

Joaquim Távora - NS Jacarezinho- Aprovação de novo plano de carreira com avanços financeiros e conquistas funcionais.

Ortigueira - NS Ponta Grossa - Aprovação de novo plano de carreira para a categoria, organização da Educação e esclarecimentos sobre o Financiamento da Educação.

Pinhalão - Aprovação de novo plano de carreira com 46% de reajuste em média.

Mesmo com o trabalho in-

tenso, a satisfação e a certeza do dever cumprido fortalece a caminhada. Vejam os Municípios em andamento.



■ **1 - Adrianópolis** – NS Metronorte- Plano de Carreira em fase de conclusão;

■ **2 - Anahy** – NS Cascavel - Plano de Carreira em fase de conclusão;

■ **3 - Braganey** – NS Cascavel - Plano de Carreira em fase de conclusão;

■ **4 - Conselheiro Marinho** – NS Jacarezinho- Discussão de novo plano de carreira em andamento;

■ **5 - Fazenda Rio Grande** - NS Metrosul - Acompanhamento da greve dos educadores e das negociações com o Executivo;

■ **6 - Mandaguari** – NS-Mandaguari - Análise de índices para reajuste e correção da tabela de vencimentos. Audiência com o Prefeito no dia 14 de agosto;

■ **7 - Piraquara** - NS-Metronorte- Negociação com o Executivo e revisão do Plano de Carreira;

■ **8 - Porto Amazonas** - NS Pontarossa - Plano de Carreira em fase de conclusão;

■ **9 - Siqueira Campos** -

NS Jacarezinho - Iniciado a discussão de novo plano de carreira;

■ **10 - Tapira** - NS Umuarama - Estudo de impacto para possível reajuste e revisão de Plano de Carreira em fase de conclusão;

■ **11 - Tomazina** - NS Jacarezinho - Plano de Carreira em fase de conclusão.

Participe!

VI - Sessão do Fórum Permanente de Acompanhamento e Fiscalização do Fundeb
23 e 24 de agosto de 2007
Country Club - Rua Sergipe 742- Centro - Colorado - PR
Inscrições-Secretaria de Educação de Colorado, fone 44 3323 3332 e mail pmceduca@colnet.com.br
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, fone 44 3223 3032.

Desafios do Ensino Fundamental de nove anos

A inclusão de um ano a mais no Ensino Fundamental brasileiro trouxe inúmeras inquietações para todos(as) nós, trabalhadores(as) da Educação. As discussões acerca do corte etário para a entrada na escola tornou-se, por vários motivos, tema central. Não pretendemos negligenciar a discussão que considera cinco anos incompletos, ou seis completos, para a inserção da criança no 1º ano.

Importa que as condições adequadas de implementação sejam realizadas, desde a infra-estrutura da maioria das escolas - que não conta com material e mobiliário apropriado para as crianças pequenas - até a reorganização do trabalho pedagógico escolar, de forma que inclua estas crianças com o menor acometimento emocional possível.

O que realmente nos preocupa é o que ensinar para estas crianças a partir dos seis anos. Além disso, há que se considerar a necessidade da obrigatoriedade do atendimento das crianças na Educação Infantil. A universalização é fundamental para que possamos pensar numa educação básica contínua, sem interrupção entre os níveis e modalidades de ensino.

Ainda: quais são as mudanças curriculares necessárias para a implementação do ensino de nove anos? O 1º ano do ensino de nove anos contempla os mesmos conteú-

dos da 1ª série do ensino de oito anos? Como fica o currículo dos demais anos (2º ao 9º)?

São questionamentos que implicam nas orientações necessárias e urgentes, provenientes das instâncias governamentais, bem como da nossa organização em fóruns, seminários



Ciclo de Debates: Seminário sobre o ensino fundamental de 9 anos 19/06/07

os e reuniões, posto que muitos dos municípios paranaenses já implementarem o 1º ano do ensino de 9 anos.

As últimas orientações da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) - 'Ensino Fundamental de 9 anos: 3º Relatório' -, apontam que o "... primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos não se destina exclusivamente à alfabetização. Mesmo sendo o primeiro ano uma possibilidade para

qualificar o ensino e a aprendizagem dos conteúdos da alfabetização e do letramento, não devem ser priorizadas essas aprendizagens como se fossem a única forma de promover o desenvolvimento das crianças dessa faixa etária. É importante que o trabalho pedagógico implementado possibilite ao aluno o desenvolvimento das diversas expressões e o acesso ao conhecimento nas suas diversas áreas." (MEC/SEB, 2007, p. 9).

A APP-Sindicato já abriu esta discussão curricular, não somente para o 1º ano, mas também para as demais séries que constituem o ensino fundamental. Dia 19 de junho de 2007, realizamos o Seminário sobre o Ensino Fundamental de 9 anos. O material produzido para este encontro - texto de subsídio, slides sobre a legislação do ensino fundamental de 9 anos e slides sobre a Escola Cidadã - está disponível em nosso site (www.app.com.br).

Neste Seminário, trabalhadores(as) da educação, conselheiros da educação municipal e estadual e parla-

mentares ouviram a experiência da Escola Cidadã de Porto Alegre, apresentada pela vereadora Sofia Cavendon (PT/RS). Sofia foi secretária adjunta da Secretaria Municipal de Educação da capital gaúcha. Em sua fala ela ressaltou a importância da democratização do espaço escolar, da gestão e das relações humanas, enfatizando que "a educação é vida e não preparo para a vida".

Neste sentido, a "vida" que queremos precisa ser transformada. Uma nova sociedade precisa ser construída. Para isso, é necessário que, a partir de nossas angústias e aspirações, possamos criar formas unificadas de trabalho escolar a fim de fazermos com que este um ano a mais se expresse em mudança do trabalho pedagógico com vistas à superação do modelo educativo neoliberal.

Este é o próximo passo da APP-Sindicato: a produção de um Caderno Temático sobre o ensino fundamental de 9 anos, com as reflexões e encaminhamentos resultantes do Seminário. Os textos e conteúdos deste caderno pretendem subsidiar os(as) educadores(as) no sentido de concretizar a Educação Pública de qualidade pela qual lutamos.

Contribuição: Secretaria de Políticas Educacionais da APP

APP participa do lançamento da campanha pela superação do analfabetismo

Integrantes da diretoria da APP-Sindicato participaram da solenidade de lançamento da Campanha Estadual pela Superação do Analfabetismo no Paraná, realizada no dia 2 de agosto. A cerimônia aconteceu no Canal da Música, em Curitiba, e contou com a participação de diversas autoridades e lideranças públicas, entre elas, a do ministro de Educação Fernando Haddad.

Na ocasião, foi lançada a quarta edição do Programa Paraná Alfabetizado. O Programa é resultado de termo de colaboração entre o governo estadual e o governo federal, através do Brasil Alfabetizado, um programa do Ministério da Educação (MEC). A campanha tem como objetivo transformar o Estado em "Território Livre do Analfabetismo" até o ano de 2010.

Para tanto, a meta é alfabetizar 100 mil jovens e adultos neste ano, e 330 mil entre 2008 e 2010. Para atingi-la, a Secretaria de Educação do Paraná buscou o envolvimento de diversos

segmentos da sociedade paranaense. Além do governo federal, participam da campanha secretarias de governo estadual, municípios, poder judiciário, assembleia legislativa, conselho estadual de educação, igrejas, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, entre outros.

No lançamento, o presidente da APP-Sindicato, José Lemos, assim como outras autoridades presentes, assinou a "Carta Compromisso pela Superação do Analfabetismo no Paraná" (leia o texto no site da APP-Sindicato). Na solenidade, também foi assinada pelo deputado Nelson Justus, presidente da Assembleia Legislativa, a promulgação da Emenda Constitucional nº 21 - aprovada no final do ano passado - que ampliou de 25% para 30% a destinação dos recursos oriundos da receita decorrentes de impostos para a educação paranaense. Esta ampliação, por sinal, já está vigorando no orçamento deste ano, provado no final de 2006.

Fórum em Defesa da Escola Pública realiza sessão plenária

Nos dias 24 e 25 de agosto, acontecerá a 28ª Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal. Neste encontro, o tema em debate será "PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional Nacional: A Qualidade da Educação e os Sistemas de Ensino". O Fórum é uma iniciativa que reúne entidades sindicais de educadores, estudantes e universidades. O objetivo é avaliar, discutir e apontar sugestões sobre o Plano do governo federal. Veja a programação:

24/08 - Sexta-feira
Local: Inter Palace Hotel
Rua XV de Novembro, 950

Manhã
8h30: Abertura
9h: Apresentação do PDE - Professora Josete Dubiaski da Silva
9h30: Análise do PDE - Professor Erasto Fortes Mendonça - UNB
10h45: Debate

Tarde
14h: Apresentação cultural
14h15: Os sistemas de ensino - nacional e estadual - e as políticas educacionais
16h: Debate
17h30: Encerramento

25/08 - Sábado
Local: (UFPR)
Rua General Carneiro, 460 - Edifício D. Pedro I - Salas: Anfiteatro 100 (1º andar), 500 (5º andar) e 700 (7º andar) e sala 705 (7º andar)

Manhã
9h: Grupos de Trabalho:
I - Organização do Sistema e Gestão Democrática;
II - Financiamento;
III - Avaliação Institucional;
IV - Valorização Profissional: Formação e Carreira de Trabalho.

Tarde
Local: UFPR - R. General Carneiro, 460 - Edifício D. Pedro I - Anfiteatro 700 (7º andar)
14h00: Plenária Final
17h00: Encerramento

Coletivos

SEED responde ofício sobre livro de Sociologia encaminhado pelo Coletivo de Gênero e Classe

No dia 18 de junho, durante a visita do secretário estadual Maurício Requião (Educação) à APP-Sindicato, o Coletivo de Gênero e Classe da entidade entregou um documento contendo uma análise e sugestões sobre o Livro Didático Público de Sociologia. Nele, é proposta a inclusão da temática de gênero como um dos conteúdos do livro. O documento foi elaborado pelo Coletivo em parceria com Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Coletivo de Gênero e Classe entrega documento ao Secretário de educação

Em resposta ao documento, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) enviou, no dia 19 de julho, um ofício ressaltando a importância da iniciativa e o caráter essencial de se buscar diálogo entre os educadores do Paraná. "Consideramos

fundamental o aprimoramento do material didático elaborado para utilização de nossas professoras e professores", destaca. No comunicado, o órgão também afirma que acatará a sugestão de produção de um caderno específico sobre gênero e sexualidade. O material será distribuído em todas as escolas da rede.

Agora, diante deste posicionamento importante da SEED, o Coletivo de Gênero da APP, juntamente com o Núcleo da UFPR, realizará uma nova reunião no próximo dia 11 de agosto, onde estarão discutindo a realização de um curso sobre Gênero e Educação. Para ler a análise encaminhada à Secretaria, basta acessar o site da APP www.app.com.br, e entrar na seção "Coletivos", no item "Gênero".

Coletivo da Igualdade Racial atua para a implantação da deliberação 04/06 do CEE

No dia 29 de julho aconteceu, em Curitiba, a reunião estadual do Coletivo de Promoção da Igualdade Racial da APP-Sindicato. Pela manhã, o grupo participou de um momento de formação com a professora Débora de Araújo, que trabalhou com o seguinte tema: O Negro na Literatura Infanto-Juvenil. Em seguida, foi feito um balanço das atividades realizadas no primeiro semestre e planejadas as ações para o restante do ano. No período da tarde, os debates se concentraram na implementação da Lei 10.639/03, na Deliberação 04/2006 do Conselho Estadual de Educação (CEE) e sobre as comunidades remanescentes de quilombo do Paraná.

Várias atividades - seminários de formação para educadores, com a participação do Coletivo da APP - têm sido realizadas em diversas regiões do Estado, visando o cumprimento da legislação que tornou obrigatório ensino da história e cultura afro-

brasileira no currículo escolar. No mês de julho, de 7 a 13, aconteceu o Curso de Educação e Diversidade Étnico Racial - organizado pela Uniãoeste e Núcleo da APP de Toledo, através das professoras Iracema e Franci. Entre os palestrantes, estiveram Romeu Gomes Miranda, Luiz Carlos Paixão da Rocha e Débora Araújo, integrantes do coletivo da APP.

Em 16 de julho, o professor Luiz Carlos Paixão fez exposição sobre a Lei 10.639/03, no Encontro Nacional de Estudantes de Letras, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). No dia 1º de agosto, foi realizado o Seminário sobre a Lei 10.639/03, em Pato Branco, organizado pelo Núcleo de Educação e pelo Núcleo Sindical da APP. Os integrantes do Coletivo Luiz Carlos Paixão e Pedro Almeida foram os palestrantes. À noite, os dois estiveram no encerramento do Curso de Capacitação sobre a Lei 10.639/03 dos professores do município de Realeza.

Plebiscito sobre a Vale acontece em setembro

A campanha A Vale é Nossa está organizando o Plebiscito Popular pela Nulidade do Leilão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que será realizado de 1º a 7 de setembro. Através da consulta, as entidades e movimentos sociais que compõem a iniciativa, querem saber opinião da população sobre a validade do leilão.

A Vale foi leiloada em 1997, período em que governo do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSBD), encabeçou uma política que foi responsável pela privatização de aproximadamente 70% do patrimônio nacional. A companhia, avaliada em R\$ 92 bilhões, foi vendida por pouco mais de três bilhões. Atualmente, circulam na Justiça 107 ações que questionam a legalidade do leilão.

A APP-Sindicato, através da Secre-

taria de Políticas Sociais tem integrado o movimento. Para a Secretária Estadual Silvana Prestes, é essencial que os trabalhadores da Educação se envolvam com a questão. "Temos que nos inserir neste processo porque este é um debate que precisa ser feito, inclusive, nas escolas, com os nossos alunos e colegas. E esta discussão deve ocorrer antes do período do plebiscito popular, para que as pessoas votem com consciência", explica.

Para iniciar os debates, qualquer cidadão poderá encontrar informações e material sobre o tema (cartilha, folder e DVD) no site da campanha: www.avaleenossa.org.br. Outras informações podem ser obtidas com a Secretaria de Políticas Sociais através do e-mail: polisociais@app.com.br ou no telefone (41) 3026-9828.



Aposentados trocam experiências



Aposentados do NS de Guarapuava visitam os coletivos de Londrina e Maringá

No último encontro estadual do Coletivo de Aposentados da APP-Sindicato, realizado em março deste ano, foi retirado o indicativo para a realização de visitas - com o propósito de realizar a troca de experiências - entre os núcleos sindicais. A primeira reunião dessa natureza aconteceu no final de julho. Um grupo formado por mais de 30 aposentados - do Núcleo Sindical de Guarapuava - visitou os núcleos de Londrina e Maringá.

Para a professora Sabina da Silva Turbay, que esteve presente na atividade, além da troca de informações sobre a maneira de conduzir as atividades em suas regiões, o encontro também foi o momento confraternização. "Esta é uma experiência muito positiva, que nos permite compartilhar experiências políticas e sociais, mas também a alegria de estar com os nossos colegas", salienta.

Durante a visita aos núcleos, outra atividade que deve ser desenvolvida com o grupo foi a aplicação da pesquisa nacional da Confederação dos Trabalhadores da Educação (CNTE) 'Onde anda você?'. Nesta reta final de aplicação da pesquisa, a Secretaria estará visitando os núcleos que ainda estão realizando o levantamento. A pesquisa, no Paraná, tem que estar pronta até o dia 30 de agosto.

APP realiza mais uma etapa do curso de Formação Estadual Sindical

A terceira etapa da Formação Estadual Sindical, promovido pela APP-Sindicato, em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi realizado de 3 a 5 de agosto, em Curitiba. O módulo teve como tema "Economia Política". Os convidados desta fase foram a professora doutora Tais Tavares de Moura; o deputado federal Dr. Rosinha (PT/PR) e o assessor de Relações Internacionais da CUT, Gustavo Codas.

Desde abril de 2007, o Curso de Formação - Etapa Estadual - fornece os subsídios necessários à formação da base de cada um dos núcleos sindicais regionais. Os representantes dos núcleos, por sua vez, fazem o repasse e a sistematização dos conteúdos às professoras e professores participantes das etapas regionais em todo o Estado. O curso tem duração de 180 horas, que totalizam três anos de formação imprescindível aos que fazem parte da luta diária pela educação pública de qualidade.

Comunicado!

Os educadores abaixo favor procurar a APP, núcleo ou sede, para atualizar o seu endereço, a fim de regularizar o recebimento do jornal 30 de Agosto.

Núcleo De Apucarana - Clotilde Correa Gomes Theodoro, Cristina Imamura da Silva, Jovelina Luiza, Motta Manago, Maria Favaro Binatto Anelli, Marilda de Fatima Costa, Marinete Dalrica Ribeiro

Núcleo De Arapongas - Delani Tau de Freitas Rebechi, Ilson Aparecido Locastre, Ivoneti Aparecida Tazana, Maria Helena de Souza, Nilza Lopes Madrona, Odaleia Mendes Pereira Hirata

Núcleo De Assis Chateaubriand - Ana Fatima Alves Fabricio, Edeline Inocencia de Oliveira, Irene Arantes Rodrigues, Ivanise Vitorino da Silva, Marcia de Lourdes Ruman, Sandra Mara de Moraes, Terezinha Zardo do Amaral, Ylaine Regina Lenz Pento

Núcleo De Cambaúva - Ilma Francisca de Paula Neto, Maria Amelia Michelato Alberto, Maria de Lourdes Gusmano, Marilda Aparecida Leite, Marlene Sachí Conde Manares, Pinio Fortes Alcantara Filho, Rosali Perez Garcia, Vania Maria Cavallari

Núcleo De Campo Mourão - Dorvilha Correia Cardoso, Adailson Afonso, Benedita Aparecida Bartol, Claudeth Aparecida Da Silva, Clea Anna Cordeiro Bianchini, Francisca Marques dos Santos Mengue, Ireni Ferreira Costa, Lindalva de Oliveira Gonçalves, Luiz Carlos Lopaćinski, Maria das Vitorias Abreu, Maria de Lourdes Lepre Oliveira, Maria Ghesso dos Santos, Marli Vieira da Silva, Neucilene Cabral de Almeida, Nilton Aparecido Ramos, Valdira de Matos Pedrao

Núcleo De Casvel - Ana Maria de Freitas, Cristiane Maria Gonçalves, Helena Cristina Lopes, Ilna Aparecida Johann, Jose Romeu Gessi, Leocadia Wzorek, Monica Donizete Steski dos Santos, Neide Cassiano Da Silva de Miranda, Nely Fatima Faquini, Nilda Ester Valdez Schincariol, Ricardo Antonio P. da Cruz, Rita Salete Cassol, Rosana Bonissoni, Teresa de Jesus Comamala Gome

Núcleo De Cianorte - Cleosi Ivete Moritz Rakosi, Madela, Evandro Carlos de Rezende, Jose Carlos Bisarri, Leila Cristina Escudero Seifert, Marilena Torres Gabriel, Soraya Jundi Hoffmann

Núcleo De Cornélio Procopio - Antonio Pereira do Bomfim, Aparecida de Fatima Marcone, Cipriano Luiz Sanches, Ercilia Navarro Vince, Lygia A Medeiros Carduel Fumere, Marcia, Aparecida Honorio, Maria Aparecida Gatte Peres, Neusa Cyrino Rosa, Sandra, Regina De Souza Reghin, Sonia Maria Ribeiro, Susyane Michelato

Núcleo Curitiba Norte - Anemari Martins de Paula, Angelica Maria Medeiros G. Caiafa, Antonio Felicioscoparo, Benilda Angela Turco Klock, Carmelita de Fatima Marques, Cassio Roberto Esteche Brito, Celia Kock, Cirlei Camargo Scherer, Claudia Mara Marques Dos Santos, Dario T. Cassarotti, Eloisa Maria Esmanhoto Santos, Iolanda Correia Johnsson, Irai Pimentel Couto Baptista, Irlene, Nogueira Silva, Ivani Kuntjy Rawlyk Santucci, Ivone Santana Delatorre Ledoux, Izaura Castro de Lara, Joao Martins de Paula, Lauren Duarte Ferreira, Liana Maria S Nunes, Liana Maria S Nunes, Liliane Machado, Lucimara de Fatima Novochadno, Maria Adelaide Milhoretto, Maria Stela Fonseca, Maria Surek, Marília Menezes, Neuzas Salles Vaz Hecke, Oresia Gueiros, Rosana Teresinha Bordenowsky da S, Ruth Trumjanjs Furtado, Sofia Weber, Tania Mara Grassi, Walquiria Aparecida Melloferreira

Núcleo Curitiba Sul - Alzira Pereira da Silva, Ana Cristina Pereira Bastos, Aparecida Nicoletti Gilioli, Clotilde Correia de Souza, Edson Pinheiro de Credo, Elena Taborda de Assis, Francisca Edna de Oliveira, Jamília Salomao Elastwaab, Ligia Zeve, Paloma, Luiz Gilioli, Marcos Augusto Pereira, Maria Eugenia Carrano Marques, Maria Reny Munaretto, Marisa Martins de Paula, Mauricio Jose Rodrigues, Neio de Marques Pereira, Pedro Billo, Rogerio Nunes da Silva, Rosângela Dias de Jesus, Rosimari Persegona, Rozana Silveira Ramos, Silmara de Souza de Oliveira, Simone Matos de Andrade, Vera Maria Mazur Casagrande

Núcleo De Foz Do Iguaçu - Ana Lucia Andreotti, Elaine Groth, Eulalia Gromoski, Ilda Aparecida De Souza, Ilete Fuchs, Iria Maria Dillenburg, Liege Margó Schmitz, Marcia Ana Lalana, Margarete de Freitas Melek, Rosa Rari Cassini Muller, Valdirene Colognese Marques, Viviane Schemmer Tolpfo

Núcleo De Francisco Beltrão - Daniella Renata Parzianello Balotim, Eleni Salete Soerensen Baerz, Eliane Curzel de Oliveira Maeda, Eliane Rita Canzi Bolzan, Felix Padilha, Francisca Sagin Capelin, Irene Schickmann, Jorge Schmitz, Liliane Regina Trevisol Lanzarini, Maria Helena de Fatima da Silva, Marilucia Zobot Sangalli, Sebastiana de Fatima Carvalho, Simara Teresinha Verona Mattana, Susana Beatriz Lourenç, Valdecir Farias da Silva, Zenaida Salete Gallas

Núcleo De Guarapuava - Ana dos Santos Oliveira, Andre Luis Rocha, Dirlei Cheme da Cruz, Luci Noeli Schroeder, Maria Orlanda Nunes Bonfim, Narinalva Machado, Soraia Adriana Santos

Educadores buscam alternativas para enfrentar a violência

Educadores da rede estadual de Ibiaporá demonstram que é possível, através da cooperação entre escola, comunidade e poder público, enfrentar a violência que também atinge as salas de aula

De um lado, alunos com problemas de aprendizagem e comportamento. Do outro, professores preocupados com a situação de risco educacional e social em que se encontravam alguns estudantes. O município de Ibiaporá, norte do Paraná, infelizmente, mostrou não ser exceção neste cenário cada vez mais comum: a violência, fruto das mazelas do atual modelo econômico mundial, chega às escolas públicas.

Alarmados com esta realidade, professores da rede estadual de ensino decidiram – após diversas reuniões internas - que era a hora de buscar ajuda. O primeiro passo foi realizar uma conversa, em 2006, com o Ministério Público Estadual. Um dos encaminhamentos retirados do encontro foi o de buscar a Prefeitura Municipal, para que ela atendesse estes jovens, através dos programas que mantém.

Os educadores, após algumas reuniões, conseguiram sensibilizar o prefeito. Ele, por sua vez, convocou os secretários de Assistência Social, Cultura, Esporte e até o de Obras, para que os mesmos integrassem a iniciativa. Segundo a professora Isabel Alves de Souza, diretora do Colégio Teóthônio Brandão Vilela, de Ibiaporá, as escolas sofrem com a ausência de atendimento espe-

cífico para os casos dessa natureza. Justamente por isso, então, a necessidade de se recorrer às outras esferas. “Não podíamos permitir que o atendimento se limitasse à sala de aula. Além disso, queríamos agir a tempo de impedir que situações de indisciplina se transformassem em violência”, justifica.

Após o acordo, os casos identificados como graves pelos professores fo-

portivas no contra-turno. Quanto ao atendimento psicossocial, ele tem envolvido os adolescentes e suas famílias. “Era preciso um tratamento global, pois muitos meninos e meninas estavam abandonados, apesar de viverem em casa com os pais”, explica a diretora.

Para continuar a avaliar o desenvolvimento e o resultado das ações, estão acontecendo reuniões do conselho de



Ciclo de debates: Seminário sobre Violência e Educação - 25 e 26/05/07

ram encaminhados ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPSI) da cidade. Dadas as apreciações caso a caso, os alunos passaram a ser encaminhados aos programas municipais indicados. Muitos já iniciaram cursos profissionalizantes, enquanto outros estão participando, por exemplo, de atividades es-

portivas nas escolas estaduais do município. Além de constatar os avanços já obtidos, o grupo planeja novas ações. No mês de maio, os educadores participaram de uma reunião com a coordenação estadual da Patrulha Escolar. No próximo dia 15 de agosto, os educadores realizam um evento sobre o tema

violência e educação. O evento contará com a participação da professora Janeslei Albuquerque, secretária Educacional da APP-Sindicato e da Advogada Ana Christina Lopes do Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

“Percebemos que precisamos de um embasamento teórico para estar, inclusive, atuando melhor dentro da escola. Precisamos de um entendimento mais amplo e contextualizado desta sociedade na qual estamos inseridos. É este objetivo que queremos alcançar com esta capacitação”, justifica Isabel.

Seminário sobre Violência e Educação

A APP-Sindicato realizou, nos dias 25 e 26 de maio, em Curitiba, o “I Seminário Estadual sobre Violência e Educação”. O encontro, realizado em conjunto com a UFPR, integrou o Ciclo de Debates da entidade. Segundo Janeslei Albuquerque, “há necessidade de se refletir e tomar medidas efetivas que melhorem as condições sob as quais se realiza o trabalho pedagógico. A partir daí, discutir a violência da sociedade que bate às portas da escola”.

Desta é forma, é importante debater a violência diferenciando-a das questões referentes disciplina/indisciplina e, assim, superá-la na escola. “Devemos refletir sobre a produção da violência na sociedade capitalista, numa dimensão macro, mas que também passa a construção de relações democráticas no chão da escola, afinal ela também vítima da ‘cultura do medo’”, afirma a secretária Educacional da APP.

Ainda este ano ocorrerá o segundo seminário estadual sobre violência e educação.

Coluna: Histórias da APP

Estávamos em 1986, início de nossa Campanha vitoriosa pelo piso de 3 salários mínimos, a negociação com o governo tinha emperado, a única solução seria mesmo a greve. O presidente do Núcleo da APP de Cascavel (não eramos sindicato ainda), professor Amâncio, precisa de apoio para mobilizar as escolas da região, solicitou-a para o presidente estadual, professor Paulo Maia, que me designou para o trabalho. Eu fazia parte da equipe de Relações Públicas da APP e atuava jurisdicionado à Diretoria Estadual. Fui para Cascavel e iniciamos, com alguns poucos militantes, um trabalho de visitar escolas e preparar os educadores para a greve. A greve veio junto com a campanha eleitoral. Os professores em greve se reuniam da sede da sociedade rural de cascavel. Os que não estavam em greve eram, diariamente, “visitados” pelos grevistas. E assim a adesão ao movimento cresceu rapidamente e ultrapassou 90% dos educadores da região.

O partido do governo (PMDB) realizou um comício em Cascavel e decidimos fazermos uma manifestação dos educadores no local. Eramos mais de 50, todos com faixas e cartazes do movimento, cada um ficou em local de destaque para que todos no palanque pudessem contemplar a nossa manifestação paralela. Os políticos presentes: O governa-

dor afastado, José Richa, que era candidato ao Senado, o Senador Álvaro Dias, candidato ao Governo, Afonso Camargo, candidato ao Senado, lembro também de Élio Duque e Newton Friderich. O João Elísio Ferraz de Campos ainda nem havia esquentado a cadeira do governador em exercício e José Richa não tinha perdido a majestade do cargo de governador, quando este tomou a palavra a primeira coisa que disse foi “os professores presentes me esperem até o final que desceirei para conversar com todos”, disse boa noite e iniciou o discurso. Seu discurso, como não poderia deixar de ser, foi muito eloquente, comparou os seus 3 anos e meio de governo (teve que se licenciar seis meses antes para ser candidato ao Senado) aos vinte anos de ditadura militar e ao final foi freneticamente ovacionado. Quando estava na metade de seu discurso não se via uma única faixa do nosso movimento em pé. Foi como um balde de água fria. O Álvaro Dias fez seu discurso e terminou o comício. Todos desceram do palanque e vieram ao nosso encontro. Foi a cena mais impactante de minha vida. A medida que Richa e as demais autoridades pegavam na mão de cada educador este ficava emudecido, e assim nosso pequeno grupo foi se calando, quando deveríamos falar pelos cotovelos. Quando o Richa pegou em minha mão não a soltei, comecei a cobrar seu compromisso com os três salários mínimos, ele tentou desconversar, e atribuir

a confusão a mal entendido da diretoria da APP que havia inflamado uma falsa expectativa. Aproveitei do fato de estar presente em todas as negociações no Palácio Iguazu e conhecer os detalhes para desmentir-lo (na época as negociações com governo eram de sala lotada e eu participava de todas na condição de assessora, claro que acompanhava cada detalhe, mas ficava ao fundo, apenas a diretoria se dirigia ao governador, de forma que eu sabia dos detalhes, mas o Richa nunca, até então, tinha pego em minha mão). A conversa se estendeu, a televisão Taroba filmou tudo, ouvi pedirem segurança para o governador, um brutamontes tentou me puxar e me separar de Richa, o próprio Richa entrevistou e não permitiu qualquer agressão. Disse que iria ver o que ainda seria possível fazer e neste momento soltei de sua mão. Naquele final de noite a TV Taroba, nos convidou ao estúdio e Amâncio e eu ficamos 40 minutos vendo e comentando, ao vivo, as imagens da conversa no comício. Desde então, em Cascavel, a adesão ao movimento chegou próximo de 100% e o governo retomou o dialogo com a comissão de negociação, que naquele momento estava acampada em frente ao Palácio.

Arnaldo Vicente, professor de História, ex-funcionário e desde de sempre militante da APP

Participe dessa coluna. envie sua memória da história da APP (textos, fotos, poemas) para: imprensa@app.com.br



Assista ao DVD dos 60 anos da APP-Sindicato

A história dos 60 anos da APP-Sindicato se confunde com a história da educação pública brasileira e com as lutas pela democratização da sociedade brasileira. Assistindo ao DVD dos 60 anos da APP-Sindicato você poderá conhecer os principais momentos desta trajetória. Uma história carregada de muita luta, emoção e conquistas.

Reúna em sua escola professores e funcionários para assistir ao DVD dos 60 anos da APP. O filme contém 19 minutos. Você poderá também trabalhá-lo com os seus alunos. Além de apresentar as lutas da educação, o DVD traz reflexões importantes sobre momentos históricos do mundo e do país, como a segunda guerra mundial, o nazismo, a ditadura brasileira, o neoliberalismo, etc.

O DVD está à disposição nos núcleos sindicais da APP-Sindicato.

APP-60 anos - Você também é parte desta história!